

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LONDRINA
DELIBERAÇÕES DA IX CONFERENCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - 2015

Legenda:

- 1 – realizado
 2 – realizado parcialmente
 3 – não realizado

As opções 2 E 3 deverão ser justificadas pela não concretização na íntegra da deliberação.

Nº	Deliberação	Área	Status	Justificativa
EIXO 01: Direito à Vida e a Saúde				
Nº	Deliberação	Área	Status	Justificativa
1	Ampliação das UBS's, do PAI e do PAM visando a melhoria dos equipamentos. Em relação as UBS's foram levantadas a necessidade de contratação de mais médicos e enfermeiras, além de equipe multidisciplinar para cada UBS, com psicólogos e assistentes sociais, visando a garantia de atendimento de pediatria e equipe multidisciplinar (fonoaudiologia, psicologia, nutrição e outras especialidades) para acompanhamento da saúde de crianças e adolescentes. Educação permanente específico para profissionais que trabalham com crianças/adolescentes/famílias, podendo ofertar atendimento médico especializado para adolescentes nas UBS's.	SAÚDE	2	Tivemos ampliação de unidades de saúde Padovani e Campos Verdes. A reposição de profissionais vem sendo realizada de forma incipiente devido as dificuldades orçamentárias/financeiras.
2	Construção e manutenção de UBS's no município conforme diagnóstico de necessidade.	SAÚDE	1	Foram construídas duas novas Unidades de Saúde Campos Verdes e Padovani
3	Descentralização do atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e todos os territórios do município.	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
4	Estruturação/divulgação de prazo máximo, definido em Lei, para atendimento nas diversas especialidades médicas, de acordo com diagnóstico, reduzindo o tempo de espera de atendimento médico e exames, para redução de riscos irreversíveis.	SAÚDE	2	Existe a classificação do risco para especialidades mas não com a definição de qual o prazo mínimo para a disponibilidade da consulta
5	Garantir política de valorização e garantia de recursos humanos para profissionais de saúde.	SAÚDE	2	Para política de valorização foi designada a Comissão Permanente de Revisão do Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS) pelo Decreto 1138/2017 para propor alterações nas carreiras dos servidores. Recursos humanos anualmente são solicitadas as reposições mas depende do equilíbrio financeiro orçamentário de cada ano.
6	Ampliação de cotas de vale transporte para garantir o princípio da integralidade dos serviços de saúde para crianças, adolescentes e suas famílias.	SAÚDE	1	As cotas de vale transporte são fornecidas às Unidades de Saúde conforme as demandas de cada uma, sem restrições.
7	Municipalização do serviço de habilitação e reabilitação; estruturação para além da equipe mínima nos serviços de atendimento às demandas de crianças e adolescentes; criação de serviço público que oferte atendimento psicológico clínico (atendimento individual) fonoaudiólogo, psicopedagógico (Centro Integrado Multidisciplinar), fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Nutricional.	SAÚDE	3	Mantiveram-se os mesmos serviços (7 prestadores) e as mesmas ofertas de vagas dos contratos de 2012 os quais expirarão em jul/18. Está em andamento um processo para novos contratos, porém com os mesmos prestadores e as mesmas ofertas do contrato anterior.

8	Construção de um CAPS – AD, CAPS III e CAPS Infantil, descentralização do atendimento, através da construção do CAPS – AD e CAPS – I, para garantir a efetividade do atendimento à criança e adolescente usuários de substância psicoativa (SPA) e transtorno mental, com ampliação do serviço do CAPS e funcionários em todas as instâncias, bem como visitação e orientação.	SAÚDE	2	Foi licitado os projetos para construção do CAPS AD de adulto e adolescente. No momento em formação de planilha orçamentária para licitação de obra.
9	Regionalização do atendimento do CAPS AD e CAPS I, com previsão de unidades para a região leste.	SAÚDE	2	Esta previsto construção do CAPS AD III na região central e o CAPS AD III infantil na região norte conforme disponibilidade de terreno.
10	Ampliar o atendimento em saúde mental nas Unidades Básicas de Saúde, incluindo ações de prevenção, diagnóstico e acompanhamento com melhor estruturação física e humana.	SAÚDE	1	As equipes dos CAPS realizam ação de matriciamento nas UBS.
11	Estruturação de equipe de apoio para garantia/efetivação de medida de internação para uso abusivo de substâncias psicoativas para crianças e adolescentes ou, quando necessário para sua proteção, para a família.	SAÚDE	2	Os casos onde após avaliação medica identificado necessidade de internamento são encaminhados pelo CAPS infantil ou CAPS ad.
12	Melhorar o atendimento da unidade básica de saúde, de acordo com a necessidade real da população e especificidade da mesma (facilitando o acesso a medicamentos, preservativos, etc.) possibilitando a Implementação de programas sobre a Educação Sexual nas Escolas Municipais e Estaduais, com articulação entre Saúde e Educação, para instituir oficinas fixas com crianças e adolescentes e profissionais da educação nas unidades educacionais para trabalhar a prevenção da gravidez precoce, DST's, com contratação de equipe técnica especializada.	SAÚDE	3	Temos 40 escolas aderidas ao Programa Saúde na Escola (MS) que possui 12 ações de promoção à saúde, assim como realizamos anualmente Campanhas de Prevenção de câncer de colo de Útero, de Multivacinação e de Doenças em Eliminação, como Tuberculose e Hanseníase.
13	Garantir o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes de 0 a 5 anos pela equipe da Saúde da Família, através da implementação de uma rede de serviços para o atendimento integral à criança/adolescentes e suas famílias construindo uma rede de cuidados com integrações a trinômio mãe/filho/família ligados ao pré-natal, parto e pós, assim estruturar ações que fortaleçam o compromisso das famílias com a criança e adolescente, bem como a ampliação dos espaços de atendimento coletivo às famílias nas Unidades Básicas de Saúde: palestras, oficinas, atividades físicas etc.	SAÚDE	2	O processo de trabalho das UBS está sendo discutido para a garantia o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes pela equipe da Saúde da Família, através da implementação de uma rede de serviços para o atendimento integral à criança/adolescente
14	Implantação de saneamento básico, implantação de latas de lixos, coletores de lixo, retirada de animais das ruas, parques, bosques nascentes e praças e revitalização dos espaços devidamente transformados em área de lazer com pista de caminhada, academia ao ar livre e preservação do meio ambiente. Campanhas de conscientização e fiscalização mais efetiva. Revitalização dos fundos de vale próximos as Unidade de Viva Vida do C.S.U e ABAC. Roçagem e limpeza das calçadas, dos espaços vazios no bairro e ocupação dos mesmos com parques, academias e campo de futebol; Construção de calçadas com acessibilidade aos deficientes físicos e visuais, construção de asfalto e conserto de buracos nas ruas, além da construção de ciclovias.	SAÚDE CMTU FEL MEIO AMBIENTE	3	Referente a area de saúde trabalhamos em conjunto com as demais secretarias, novos projetos adequamos a acessibilidade para os usuários referente a estrutura física.

15	Implantar UPA com o serviço de ambulância disponível no distrito de Irerê.	SAÚDE	2	O projeto de implantação da UPA não foi movido. Em contrapartida foi melhorado a assistência à Saúde (medicações / atendimento), contando atualmente com o apoio do helicóptero do SAMU para casos de riscos eminentes como infarto/AVC que necessitam um tempo de resposta mais ágil.
16	Ampliar o atendimento odontológico de crianças e adolescentes.	SAÚDE	2	Houve a ampliação da faixa etária para atendimento odontológico
17	Construção e implantação de serviços básicos e especializados de saúde (UBS, Policlínicas, UPAS, PAM, PAI, Hospital da Zona Oeste).	SAÚDE		Construção de duas UBS , e de uma UPA
18	Constituição de comissão intersetorial para trabalhar na prevenção da mortalidade materno infantil, crianças e adolescentes.	SAÚDE	1	Existe uma comissão/comite que analisa e prepara, treina profissionais para evitabilidade de óbito/estudos de casos . E no ano de 2018 esta em construção um plano de controle e combate a amaortalidade materno infantil.
19	Funcionamento do CAPS-I 24 horas, com integração de políticas e esferas de governo.	SAÚDE	2	A proposto que caminhou foi o projeto para construção do CAPS AD III infantil

EIXO Nº 2: Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Nº	Deliberação	Área	Status	Justificativa
1	Ampliar linhas de ônibus e melhorar a qualidade dos ônibus atuais.	CMTU		
2	Ampliar o acesso das famílias às ações de distribuição de alimentos.	AGRICULTURA		
3	Fiscalização da divulgação ampla do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) nas escolas, na mídia televisa e na sociedade em geral, conforme determina o ECA e a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB).	CMDCA CT		3 (CT) sem divulgação por falta de organização e estrutura
4	Realizar palestras e reuniões para pais e comunidade em geral com tema do ECA, incluir nas bibliotecas escolares, e também trabalhar nas escolas por professores e alunos.	EDUCAÇÃO CT		2 (CT) Alguns conselheiros tutelares conseguiram efetuar palestras nas regiões em que atendem 1 (EDUCAÇÃO) Todas as Unidades Escolares tem seus PPP organizados a partir da legislação vigente, inclusive o ECA.
5	Ofertar Projetos Sociais para adolescentes na faixa etária de 12 a 14 anos.	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
6	Parcerias entre escolas e Projetos Socioeducativos, para aplicação de oficinas, projetos e/ou atividades constantes sobre Participação Cidadã, ECA, valorização do território, entre outros. Implementação e incentivo aos alunos para a criação de grêmios escolares.	EDUCAÇÃO	2	De acordo com as características dos territórios em relação a vulnerabilidade, há Unidades que realizam trabalhos em parceria com projetos socioeducativo.

7	Realização de oficinas e campanhas nas unidades de ensino quanto ao uso responsável das redes sociais e conscientização e prevenção da adultização e erotização de crianças e adolescentes.	EDUCAÇÃO	1	Temos o Decreto nº 1263/2014 que regulamenta o uso de redes sociais. Temos também um trabalho de conscientização dos professores de TIC's junto aos alunos e familiares. Em 2018 discutiremos a competência voltada ao uso de TIC's na BNCC.
8	Realização de campanhas educativas de sensibilização e orientação para a cultura da Paz e a não violência, com prioridade para a rede de ensino.	EDUCAÇÃO COMPAZ		1 (EDUCAÇÃO) A rede de ensino participa de todas as ações do COMPAZ (Embaixadores da Paz, Trilha da Paz, Abraços do Lago Igapó, participação no livro Londrina Pazeando, entre outras ações). Também há o trabalho com a Justiça Restaurativa.
9	Realização de campanhas para sensibilização ao respeito e convivência com as diferenças.	EDUCAÇÃO CULTURA ASSISTÊNCIA SOCIAL SAÚDE CMTU FEL DEFESA SOCIAL		1 (CULTURA) 3 (SAÚDE) Não aconteceram reuniões intersetoriais para definição de campanhas com esse tema 1 (EDUCAÇÃO) Em cumprimento a Lei 10639/03 e a Instrução Normativa 02/2015 SME/PML todas as Unidades Escolares possuem regulamentados as Comissões de Diversidade em que há o acompanhamento, formação e execução de diferentes atividades com o apoio pedagógico da SME.
10	Realização de campanhas para a redução de acidentes de trânsito – parceria com DETRAN e CMTU, garantindo transporte gratuito dos educandos ampliando o acesso para atividades de recreações, lazer, cultura, etc.	CMTU	2	As campanhas são realizadas, porém não foram realizadas campanhas em parceria entre a CMTU e outros órgãos.
11	Realização de campanhas para redução de acidentes domésticos – parceria com Corpo de Bombeiros e UBS's, incluindo prevenção e primeiros socorros desde o recém-nascido.	SAÚDE	2	As orientações são fornecidas em atendimentos individuais analisando cada caso, de acordo com a realidade local
12	Realização de campanhas para preservação do meio ambiente – parceria com a Secretaria do Meio Ambiente.	MEIO AMBIENTE		
13	Fortalecimento da rede de Serviços com equipe específica para acompanhamento e implementação, fiscalização/avaliação do plano decenal. Equipe mínima deve contar com administrativo, coordenação, motorista e referência técnica (Profissionais) e assessoria técnica. Ampliar a participação dos diversos atores do processo.	CMDCA	2	Formalização de Comissão de Avaliação do Plano Decenal para acompanhamento e implementação, mas ainda não há motoristas e profissionais somente para a atividade.
14	Garantia de formação da GCM e PM em direitos humanos e compreensão das diversidades (étnicas, sexuais e religiosas) aproximando-os com a realidade social, visando a não violência e ou abuso de poder, garantindo a investigação e responsabilização dos culpados em casos de violência cometidos por agentes de segurança pública, com manifestações pelo cessamento dessa prática contra crianças e adolescentes.	DEFESA SOCIAL	1	

15	Maior atuação da guarda municipal nos espaços públicos, patrulha escolar e policiais nas ruas. Realizar a sinalização das ruas identificando-as com nomes, placas, e quebra-molas, evitando acidentes.	DEFESA SOCIAL	2	Sim: atuação da Gm nos espaços públicos, patrulha escolar (GMEC) e ruas. As sinalização é atuação da CMTU, mas a Guarda auxilia quando necessário.
16	Garantir aos adolescentes que vão ao poder judiciário o direito e a liberdade de ir ao banheiro e tomar água no horário da audiência e a credibilidade ao depoimento por eles prestados.	JUDICIÁRIO		
17	Melhorias nas instalações e serviços do CENSE: banheiro, cama, colchão; lanches servidos no decorrer do dia; aumento do tempo no pátio; autorizar os familiares levarem alimentos nas visitas; instalação de ar condicionado; autorizar os adolescentes controlarem os canais da televisão; aumento no número de duchas; limpeza e dedetização das instalações.	SEJU SEDS	2	Realizou-se licitação para nova empresa de alimentação, colchões, ar condicionado, dedetização e desratização das unidades.
18	Melhorias no CREAS 2: cumprimento dos horários estabelecidos; aumentos do número de profissionais, tirar o kit de lanches e deixá-los servidos a vontade; aumento no número de sofás na sala de atendimento; instalação de ar condicionado; construção de muros adequados para evitar que bata sol nas salas de atendimentos; ampliar número de salas de atendimento, oficina de capoeira; atividades externas e viagens.	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
19	Aumentar número de Centros de Formação Cidadã em nosso município.	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
20	Melhorar serviço para atendimento de pessoas com deficiência, devido relevância desta população no território NORTE A.	EDUCAÇÃO CULTURA ASSISTÊNCIA SOCIAL SAÚDE CMTU FEL DEFESA SOCIAL OBRAS IPPUL		3 (CULTURA) A meta específica não foi bordada no planejamento da Sec. Mun. Cultura. As ações que envolvem atividades culturais são realizadas através de editais. 2 (SAÚDE) Os atendimentos são individuais analisando cada caso, de acordo com a realidade local 2 (EDUCAÇÃO) Foram abertas duas novas salas de recursos para atendimento educacional especializado nas escolas Atanázio Leonel e Juliano Stingham, além de 1 sala para transtornos globais do desenvolvimento também na E.M Juliano Stingham (todas em 2017). Entretanto com o atendimento dos alunos do Vista Bela em 2018 na escola nova (América Sabino), faz-se necessário ainda abertura de sala.
21	Implementar espaços para cuidar dos animais que estão nas ruas.	MEIO AMBIENTE		

22	Oferta de maior quantidade de Programas habitacionais e construção de moradias garantindo o direito à moradia para todos. (Centro B, Centro A, Oeste A, Interlagos)	HABITAÇÃO	2	<p>1. medidas para ampliar a participação de famílias com criança e adolescentes: a) Foram atendidas aproximadamente 1300 famílias considerando entrega de Novas Unidades Habitacionais (256) escrituras(471) e execução de trabalho social (569) ; b) Estabelecido pelo Conselho Municipal de Habitação de Londrina, para hierarquização de demanda, o critério de famílias com filhos menores de 18 anos no PMCMV;</p> <p>2. Fatores que prejudicaram a oferta de maior quantidade de atendimento: a) Atraso na entrega de empreendimentos: <u>Residencial Flores do Campo</u>: localizado na região norte de Londrina, com 1218 UH, em situação de ocupação irregular desde outubro de 2016. Obras paralisadas, Sem previsão de entrega. Responsabilidade da Caixa Econômica Federal.- CEF, em fase de reintegração da posse e posterior retomada das obras para dar seguimento à seleção das famílias interessadas. <u>Residencial Alegro Village</u>: em fase de construção, com atraso na entrega das unidades habitacionais. O sorteio para indicação de famílias foi realizado em agosto/2017 e os cadastros estão em fase de análise pela Caixa Econômica Federal. b) - Impedimentos para aprovação de novos projetos: Município impedido de assinar novos contratos com Ministério das Cidades por conta da ocupação irregular no Flores do Campo; c)- Falta de recursos no Fundo de Habitação para investimento em saneamento básico/ água</p>
23	Maior capacitação aos profissionais da saúde para um atendimento mais qualificado e aumento do quadro de funcionários. Maior número de hospitais e postos de saúde, bem como aumento da estrutura destes. Maior higienização dos hospitais e postos de saúde. (CREAS 2 OESTE)	SAÚDE	1	<p>Anualmente todos os profissionais da Autarquia de saúde são capacitados em diversos temas e o serviço de limpeza trata se de licitação e contratação de empresa que devem seguir as normativas estabelecidas. Sobre os hospitais essa demanda terá que ser encaminhada para que os mesmos informem quais capacitações tem feito aos seus profissionais pois são hospitais vinculados ao governo estadual</p>
24	Estruturar/aprimorar política de capacitação e realização da educação sexual para crianças e adolescentes nas unidades educacionais de forma contínua. (CRAS Centro B)	EDUCAÇÃO		<p>1 (EDUCAÇÃO) Quanto as etapas da Educação que atendemos o trabalho realizado se refere aos conteúdos voltados a consciência corporal, auto cuidados, respeito consigo e com o outro, sexualidade, saúde e prevenção de doenças, bem como a qualidade de vida.</p>

25	Fiscalização em hotéis, motéis, bares, festas, escolas de modelos, e etc. – Ação Integrada de fiscalização urbana/AIFU - direcionadas especificamente para crianças e adolescentes a fim de garantir a proteção das mesmas.	CONSELHO TUTELAR JUDICIÁRIO MINISTÉRIO PÚBLICO		1 (CT) 1 (MP)
26	Implantação e implementação de espaços para convivência e educação profissional para crianças e adolescentes onde elas também possam conhecer mais sobre seus direitos tendo como eixo norteador o Estatuto Criança Adolescentes (ECA).	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
27	Promover projetos para crianças e adolescentes em parceria com escolas, serviços de convivência, através de oficinas e atividades que divulguem o ECA e a sensibilização para a participação cidadã.	EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Vide item 3 e 6
28	Descentralizar as reuniões do CMDCA no intuito de proporcionar maior acesso aos adolescentes e comunidade.	CMDCA	3	Solicitado estudo para análise de como esse processo poderá ser desenvolvido.
29	Ampliação da oferta de cursos profissionalizantes para adolescentes “em conflito com a lei.”	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
30	Promover de forma lúdica as conferências, simplificando os termos técnicos e favorecendo, assim, a participação e o entendimento de todos.	CMDCA	1	
31	Inserção do profissional de psicologia na rede escolar e serviços socioassistenciais para realização da escuta dos alunos e auxílio na resolução de conflitos.	EDUCAÇÃO	3	Não realizado. Impossibilidade de não trazer profissionais de outras secretarias, necessidade de se criar esse cargo na educação.
32	Promoção do acesso gratuito e facilitado às pré-conferências, conferências e eventos relacionados ao ECA e relativos à criança e ao adolescente.	CMDCA	2	Articulado com as políticas públicas a forma de acesso gratuito e facilitado aos eventos que envolvem criança e adolescente.

EIXO Nº 3: Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Nº	Deliberação	Área	Status	Justificativa
1	Fortalecimento da rede de serviços, para propiciar espaços e momentos que incentivem a participação e formação da cidadania. Em especial para famílias e/ou responsáveis.	EDUCAÇÃO CULTURA ASSISTÊNCIA SOCIAL SAÚDE		1 (CULTURA) 2 (EDUCAÇÃO) Parcialmente. Os espaços de rede de serviços já existem e se reúnem mensalmente. Há necessidade de se fortalecer os serviços para que seus membros possam assumir as ações necessárias e para que as famílias também tenham espaço nas redes de seus territórios.
2	Construção de novos espaços de CMEI, reforma dos espaços já existentes e ampliação da equipe técnica para atendimento a toda a demanda do Município, a partir das indicações-deliberação do CMDCA, uma vez que, a ausência desses espaços implica diretamente na violação dos direitos a convivência familiar e comunitária com respeito a todas as formas de acessibilidade.	EDUCAÇÃO		

3	Criação de espaços públicos (de acordo com o diagnóstico apontado pelo CMDCA dos territórios que apresentam ausência destes locais), bem como a estruturação física daqueles espaços que já existem (com a presença de equipamentos de lazer para crianças – parques infantis – com banheiros públicos e vestiários – acesso de bebedouros com água potável – praça de alimentação – academia ao ar livre e seus instrutores para prática de esporte) para momentos de lazer e convivência familiar e comunitária de crianças, adolescentes e suas famílias com respeito a todas as formas de acessibilidade.	CULTURA FEL GESTÃO PÚBLICA SECRETARIA DE GOVERNO PLANEJAMENTO OBRAS	1	(CULTURA)
4	Investimento em segurança pública de acordo com os níveis de violência e suas necessárias ações por parte do governo do estado (no efetivo número de policiais – viaturas e sua consequente manutenção – com capacitação permanente para a não utilização da violência, buscando ampliar a proteção aos adolescentes, as crianças e suas famílias) com ações preventivas em todos os territórios principalmente nos ambientes de convivência familiar e comunitária.	SEGURANÇA PÚBLICA		
5	Garantia do princípio da matricialidade familiar nas ações e atividades das crianças e adolescentes atendidos nos serviços públicos e privados disponibilizados no município, com vistas preferentemente ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária e em último caso em família substituta ou o encaminhamento para a unidade de acolhimento de crianças e adolescentes, respeitando o princípio da brevidade e excepcionalidade dessa medida com respeito a todas as formas de acessibilidade	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
6	Articulação entre as políticas públicas municipais, o Poder Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública para desenvolver programas e campanhas sobre a Paternidade Responsável, com realização de mutirões para reconhecimento de paternidade. Garantir a realização dos exames de DNA gratuito em laboratórios públicos. Capacitar as equipes técnicas dos territórios, principalmente das políticas de assistência social, saúde e educação, para a abordagem do tema e orientação familiar com recursos humanos, materiais e etc	JUDICIÁRIO MINISTÉRIO PÚBLICO DEFENSORIA PÚBLICA POLÍTICAS PÚBLICAS		<p>2 (DEFENSORIA) DEFENSORIA PÚBLICA INICIOU SUA ATUAÇÃO NA ÁREA DA INFÂNCIA EM MEADOS DO ANO DE 2016, MESMO COM DIFICULDADES ESTRUTURAIS E DE PESSOAS, A INSTITUIÇÃO PROCUROU ARTICULAR COM OS SERVIÇOS (EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTRE OUTROS) E REALIZAR AÇÕES NO ÂMBITO DA INFÂNCIA. NO ENTANTO, NO INÍCIO DE 2018, A ÁREA DA INFÂNCIA CÍVEL ENCONTRA-SE VACANTE, POR CAUSA DA SAÍDA DO DEFENSOR PUBLICO RESPONSÁVEL PARA ASSUMIR O MESMO CARGO EM OUTRO ESTADO. PORTANTO, AGUARDA-SE NOVA NOMEAÇÃO PARA RETOMAR AS ATIVIDADES REFERENTES À INFÂNCIA CÍVEL NA DEFENSORIA PÚBLICA SEDIADA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR.</p> <p>3 (MP) Em breve será instaurado procedimento com essa finalidade, pois também compõe o plano setorial de ação do Ministério Público.</p>

7	Viabilizar o aprimoramento da rede de atenção às crianças e adolescentes com treinamentos e capacitações continuadas para trabalhadores da rede de serviços com respeito a todas as formas de acessibilidade conforme especificidades dos serviços público	EDUCAÇÃO CULTURA ASSISTÊNCIA SOCIAL SAÚDE FEL CULTURA		<p>3 (CULTURA) Não ocorreu treinamento específico para este tipo de aprimoramento.</p> <p>1 (SAÚDE) Foram realizadas capacitações para os profissionais de saúde, de acordo com a necessidade da realidade local</p> <p>2 (EDUCAÇÃO) Parcialmente. A Secretaria de Educação promove cursos e palestra durante todo ano letivo para seus professores e gestores. Faz-se necessário formações em conjunto para os trabalhadores das redes de serviços.</p>
8	Construção (manutenção, estruturação física, recursos humanos) de novos espaços, reformas e ampliação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos já existentes com respeito a todas as formas de acessibilidade, conforme as indicações do CMDCA bem como capacitações continuadas para todos os trabalhadores	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
9	Fortalecimento da rede intersertorial de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência garantindo celeridade aos atendimentos e encaminhamentos cabíveis e com a garantia de atendimentos às crianças e aos adolescentes com deficiência	SECRETARIA DE GOVERNO EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL CULTURA SAÚDE		<p>3 (CULTURA) A Secretaria Municipal de Cultura não possui profissional que possa atuar com o segmento de público.</p> <p>2 (EDUCAÇÃO) Parcialmente. A Secretaria de Educação reativou a Comissão de Casos Especiais para atendimento às unidades de ensino que diz respeito à notificação e encaminhamento dos casos de abuso e violência.</p>
10	Construção, estruturação e manutenção de CRAS de acordo com diagnóstico do Município, para garantir espaço adequado à convivência familiar e comunitária com respeito a todas as formas de acessibilidade	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
11	Construção\ampliação\manutenção\estruturação de Centros Comunitários em todas as regiões da cidade dando ênfase no bairro Alexandre Urbanas, com gestão local dos moradores com respeito a todas as formas de acessibilidade	GESTÃO PÚBLICA		

		SECRETARIA DE GOVERNO EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL CULTURA SAÚDE SEC. IDOSO MULHER CONSELHO DO IDOSO CONS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CMDCA		1 (CULTURA) 2 (Mulher) Não há ação específica, porém nas ações preventivas realizadas por esta Secretaria (oficinas e palestras) as questões da convivência intergeracional e do respeito a todas as formas de acessibilidade são abordadas. 3 (SAÚDE) Não houveram ações específicas sobre o tema proposto. 1 (IDOSO) Nas ações / projetos desenvolvidos nos Centros de Convivência do Idoso/ SMI, são ofertadas atividades Intergeracionais: Projeto: histórias que meus Avós me Contam, além de oficinas que promovem a intergração entre crianças e idosos. 2 (EDUCAÇÃO) Parcialmente. A SME através da da gerência educacional de apoio especializado, organizou equipes por região, compostas por professores com formação nas áreas de psicologia, psicopedagogia e educação especial para atendimento às unidades de ensino.
12	Promover ações que garantam a convivência intergeracional, com respeito a todas as formas de acessibilidade			
13	Incentivar a realização de oficinas com famílias nas escolas (Centros de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), de forma intersetorializada, com a participação de políticas como Saúde, Educação e Assistência Social, entre outras, com respeito a todas as formas de acessibilidade	EDUCAÇÃO	2	Parcialmente. A gerência de apoio especializado da SME realiza palestras em reuniões de pais, sempre que solicitado pelas Unidades de Ensino
14	Ampliação do número de Conselheiros Tutelares e capacitação prévia ao início do exercício e garantia de formação continuada, com assessoria técnica multidisciplinar para os Conselhos para acompanhamento das famílias	CMDCA	2	Foi ampliado o número de Conselhos Tutelares no município, sendo planejado o processo de capacitação continuada, tendo sido solicitado aos conselheiros tutelares temas de interesse. A assessoria técnica multidisciplinar não foi viabilizada.
15	Ampliação do número de serviços que atendem à família e, principalmente os adolescentes de 12 a 17 anos, garantindo o trabalho em rede intersetorial para acompanhamento das famílias	EDUCAÇÃO CULTURA ASSISTÊNCIA SOCIAL SAÚDE TRABALHO		1 (CULTURA) 3 (SAÚDE) Não houve ampliação de serviços que atendam os adolescentes. Permanecem os mesmos serviços.

EIXO Nº 4: Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Nº	Deliberação	Área	Status	Justificativa
----	-------------	------	--------	---------------

1	Construção\ampliação de unidades de CMEI, Ensino Fundamental e Médio, com a garantia de atendimento integral à demanda de acordo com os diagnósticos dos territórios	EDUCAÇÃO	1	No referido período tivemos 4 municipalizações de centros de educação infantil filantrópicos, a construção de 2 novas unidades de educação infantil (Proinfâncias), a construção de 5 anexos em unidades de ensino fundamental que atendem educação infantil, a criação de 2 unidades de ensino fundamental na zona rural e 1 unidade de ensino fundamental na zona urbana e a readequação de 2 unidades de ensino fundamental para ampliação de vagas. Essas informações referem-se à Educação infantil e ensino fundamental anos iniciais do município.
2	Garantia da formação integral para o conjunto de crianças e adolescentes em ação articulada entre as políticas públicas de educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização, trabalho e saúde em período utilizando os espaços públicos destas políticas e construindo novos espaços e a contratação de profissionais nas políticas envolvidas	EDUCAÇÃO ESPORTE CULTURA ESPORTE LAZER ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO SAÚDE		3 (CULTURA) Dificuldade no atendimento em decorrência da não reposição de servidores. 2 (SAÚDE) O trabalho em Rede está sendo fortalecido na SMS gradualmente.
3	Garantia de educação integral, contemplando componentes curriculares como: direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, prevenção de uso de substâncias psicoativas, diversidade sexual, leitura crítica das mídias sociais, ofertando atividades de saúde, esporte, cultura e lazer.	EDUCAÇÃO	1	Nos PPP's das Unidades já está garantida uma educação integral.
4	Revisão do corte etário para atendimento de crianças de 05 anos, legalmente não absorvidas pela Educação Infantil e nem pelo Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e que, muitas vezes, ficam sob a responsabilidade dos irmãos mais velhos, tirando-lhes o direito ao lazer, ao esporte, à Educação e à cultura	EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL		
5	Ampliação da oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos - EJA para adolescentes a partir de 15 anos	EDUCAÇÃO	1	Temos ampliado o atendimento ano a ano.
6	Melhoria da educação regular e de jovens e adultos, com ampliação de vagas nos três períodos, manhã, tarde e noite	EDUCAÇÃO	1	Houve considerável aumento no atendimento vespertino e noturno.
7	Construção de unidades de educação para fins de implantação e estruturação da educação em tempo integral, atendendo às dimensões educacionais, culturais, sociais, físicas, lúdicas e esportivas nas proximidades do residencial Santos Dumont, Residencial Abussafe/Alexandre Urbanas e nas imediações do HU.	EDUCAÇÃO	3	As ações para a implantação de educação em tempo integral ainda estão sendo estruturadas.
8	Implantação, estruturação e/ou melhoria da sala de vídeo de todos colégios	EDUCAÇÃO	2	Parte das unidades de educação infantil e ensino fundamental anos iniciais possuem sala de vídeo, porém não alcançou a totalidade.
9	Garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência em toda a rede escolar	EDUCAÇÃO	2	Parte das unidades possuem a acessibilidade para pessoas com deficiência, porém não alcançou a totalidade.

10	Investimentos em capacitação, valorização e melhoria na remuneração dos profissionais da área da educação	EDUCAÇÃO	1	Há investimento na formação e carreira dos professores da gerência educacional de apoio especializado, organizou equipes por região, compostas por professores com formação nas áreas de psicologia, psicopedagogia e educação especial para atendimento às unidades de ensino.
11	Estruturação de equipes multiprofissionais técnicas nas unidades escolares, sob a responsabilidade do Município e do Estado (assistente social, pedagogo, psicólogo) para acompanhamento e sucesso da vida escolar.	EDUCAÇÃO	2	Parcialmente. A SME através da da gerência educacional de apoio especializado, organizou equipes por região, compostas por professores com formação nas áreas de psicologia, psicopedagogia e educação especial para atendimento às unidades de ensino.
12	Formação de professores, com foco na humanização e realidade dos adolescentes, na perspectiva da autonomia e protagonismo, bem como desenvolvimento de ações que incentivem o protagonismo do adolescente, como o Grêmio Estudantil, por exemplo	EDUCAÇÃO	1	Há ações voltadas ao empreendedorismo dos alunos tanto no Ensino Regular quanto na EJA e PJU.
13	Capacitação de professores, a curto prazo, para a língua brasileira de sinais (libras), bem como para o trabalho com os desafios sócio educacionais	EDUCAÇÃO	3	Não realizado. A PML oferta todos os anos o curso para os servidores interessados. Há necessidade de oferta específica do curso para professores.
14	Contratação e manutenção das equipes do Centro de Educação Infantil	EDUCAÇÃO	3	Não realizado. A contratação e manutenção de funcionários em CEI'S é de responsabilidade da mantenedora conforme previsto em convênio.
15	Implementação de oficinas educativas com a equipe do NASF nas unidades de ensino para conscientização e prevenção quanto a: gravidez precoce, iniciação da vida sexual precoce e risco de DST's e quanto à autoestima	EDUCAÇÃO SAÚDE		1 (SAÚDE) O número de unidades de ensino que receberam oficinas educativas nas escolas aderidas ao PSE tem aumentado gradativamente 3 (educação) Não realizado. Equipes do NASF muito reduzidas.
16	Melhoria na qualidade de ensino com metodologias mais coerentes aos adolescentes e mudança na linguagem escolar visando a construção de um ambiente acolhedor e interessante para crianças e adolescentes. (CREAS 2 SUL)	EDUCAÇÃO		
17	Oferta de atividades extracurriculares, tais como: aulas ou grupos de dança e teatro, inovações nas atividades e oferta de mais atividades voltadas para o público feminino	EDUCAÇÃO	3	Não há ações voltadas exclusivamente para o público feminino.
18	Ocupação dos espaços públicos visando maior integração das crianças e adolescentes com a comunidade, através de atividades propostas pela escola	EDUCAÇÃO	1	
19	Ampliação dos investimentos em materiais didáticos visando a melhoria da qualidade do ensino	EDUCAÇÃO	1	
20	Estruturação/qualificação e incentivo, por diversos meios (certificações, banco de horas, hora extra etc), para a realização de trabalhos com famílias e responsáveis nas escolas municipais e estaduais, envolvendo a rede	EDUCAÇÃO	1	
21	Incluir e fortalecer a relação escola-família no projeto político pedagógico das instituições de ensino, trabalhando temas como: cultura, drogas, bullying, sexualidade, diversidade religiosa, discriminação, acesso seguro à internet, envolvendo famílias e a comunidade escolar para lidar com essas situações do cotidiano	EDUCAÇÃO	1	

22	Viabilização de recursos por meio de convênios com COMAS, APMS e APMF para escola realizar gestão de acordo com as deliberações e de acordo com o porte da escola	EDUCAÇÃO	3	não foi autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado.
23	Ampliação da acessibilidade para as crianças e adolescentes com deficiência nas unidades de ensino, conforme previsto na política municipal de atenção a pessoas com deficiência em vigência: exclusão de barreiras arquitetônicas e atitudinais; contratação de pessoal para o atendimento, dentro das escolas, a quem necessita de cuidados especiais para atividades rotineiras e para o processo de ensino-aprendizagem	EDUCAÇÃO	2	Parte das unidades possuem a acessibilidade para pessoas com deficiência, porém não alcançou a totalidade. Atualmente temos 230 professores de apoio que trabalham no atendimento de crianças com necessidades especiais.
24	Ampliação da quantidade e qualidade do transporte coletivo, garantindo maior segurança aos usuários, e cobertura adequada em todos os pontos de ônibus	TRÂNSITO		
25	Construção/ampliação/manutenção de estruturas físicas e de recursos humanos, sob responsabilidade do município, do Estado e União para oferta de atividades de cultura, esporte e lazer (conservatório de música, biblioteca pública virtual, biblioteca pública, Videoteca, Centro Cultural, cinema gratuito e ao ar livre para estudantes, parques, quadras cobertas, pistas de skate, Espaços da juventude, campo de futebol, parques infantis.) próximos ao local moradia das crianças e adolescentes, de acordo com o diagnóstico apostado pelo CMDCA dos territórios que apresentam esta demanda	CULTURA ESPORTE EDUCAÇÃO GOVERNO		2 (CULTURA) Atende parcialmente a meta em virtude da limitação do número de servidores. Existem vários equipamentos culturais que atendem apenas um turno em decorrência disto.
26	Construção/ampliação/manutenção de centros esportivos e culturais nos distritos rurais, com servidores públicos, para promoção de oficinas de arte, dança, música e esportes	CULTURA ESPORTE PLANEJAMENTO GOVERNO		3 (CULTURA) Não existe linha de financiamento para construção destes espaços.
27	Criação de projetos e contratação de profissionais de arte/cultura para ministrar oficinas específicas nos serviços. Ex: Música, dança etc	CULTURA	1	
28	Ampliação/manutenção de recursos físicos e humanos para os programas Musicando na Escola, Um Canto em cada Canto e Escola de Circo	CULTURA EDUCAÇÃO		2 (CULTURA) Atendeu parcialmente. Estes programas são realizados pelo Prog. Mun. de Incentivo à Cultura. (PROMIC) e, em 2017, foi necessário remodelar as formas de parceria. O atendimento em decorrência disso, iniciou-se no 2º semestre de 2017. 1 (EDUCAÇÃO) Houve ampliação do projeto Um Canto em Cada Canto.
29	Criação de espaços que ofertem oficinas/cursos diversificados e de acordo com a realidade das crianças e adolescentes: biblioteca, natação; grafite; hip hop; técnica vocal; música; capoeira; dança em vários estilos, inclusive de rua; artesanato; circo; teatro; contação de história; futebol; etc., contemplando o público feminino	CULTURA ESPORTE	3	3 (CULTURA) A Sec. Mun. De Cultura não oferece atendimento segmentado de público (mulheres). Foram realizadas atividades dessa natureza para todos os públicos.
30	Desenvolvimento de ações culturais, inclusive com recursos do PROMIC, para valorização da história da comunidade/território possibilitando a valorização de referências positivas na comunidade	CULTURA	1	
31	Promoção de passeios, semanas culturais e torneios esportivos	CULTURA ESPORTE	1	1 (CULTURA)
32	Criação de projetos e contratação de profissionais para o desenvolvimento de oficinas culturais que favoreçam a utilização e participação da comunidade	CULTURA	1	

33	Aquisição de materiais/equipamentos de qualidade para execução de oficinas com crianças: brinquedos, jogos educativos, data show, notebook, caixa de som, etc	CULTURA ESPORTE	3	3 (CULTURA) Não há dotação orçamentária disponível para esta aquisição.
34	Estabelecimento de parcerias - PROMIC, NASF, Fundação de Esportes, Balé de Londrina e Escola de Circo - para o desenvolvimento de oficinas/cursos nos territórios onde as crianças e adolescentes residem e, caso seja em outras regiões, disponibilizar vale transporte	CULTURA ESPORTE EDUCAÇÃO GOVERNO	1	(CULTURA) (EDUCAÇÃO)
35	Provisão de recurso financeiros pelo município e estado para a circulação e fruição cultural com ações de cultura, esporte, lazer e educação	CULTURA ESPORTE GOVERNO	1	(CULTURA)
36	Criação/ampliação e manutenção de espaços que ofereçam oficinas de esportes, jogos individuais, quadras, piscinas, shows e apresentações culturais, ou seja, "escolas de lazer", que possam também atender aos finais de semana, sob responsabilidade municipal ou da Fundação de Esportes	ESPORTE		
37	Construção de clubes/centros de lazer regionais, com piscina, sauna, pistas de skate e boliche, etc	ESPORTE GOVERNO		
38	Criação da Praça do Adolescente ou Centro da Juventude, com oferta de atividades (pistas de skates, quadras, instrutores de artes marciais, e futebol) diariamente e aos finais de semana	ESPORTE		
39	Incentivo ao esporte em geral, a partir da criação de locais e condição para a prática de natação e construção de pistas de skate e de boas quadras, além de manutenção das ruas/espaços já existentes	ESPORTE		
40	Implantação de projetos contínuos e contratação de profissionais capacitados para atuarem nos espaços públicos na área de esporte, cultura e lazer em todo o Município	ESPORTE CULTURA	2	2 (CULTURA) São realizados projetos mas é necessário, para sua otimização a contratação/reposição de servidores.
41	Implantação de projetos de esportes diferenciados, contemplando a diversidade de gênero, como Voleibol e Artes Marciais, como Muay-Thai, Jiu-jitsu e Taekwondo	EDUCAÇÃO	2	Considerar Programa Mais Educação
42	Ampliação da oferta de projetos gratuitos nas áreas da cultura, do esporte e lazer	ESPORTE CULTURA	1	1 (CULTURA)
43	Implantação de atividades físicas coletivas nos territórios do CRAS Centro B (especialmente o Território IV): futebol, skate, etc	ESPORTE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
44	Implantação de bebedouros públicos e asfalto de qualidade para facilitar a prática de diversos esportes de rua	GOVERNO		
45	Melhoria na estruturação da Fundação de Esportes, com servidores públicos em quantidade e qualidade necessárias ao atendimento da demanda	ESPORTE		
46	Provisão de recursos financeiros, pelo município e estado, para circulação e fruição cultural, com ações de cultura, esporte, lazer e educação. Garantia de transporte público gratuito para estudantes acessarem projetos que ofereçam atividades de lazer, esporte e cultura, como o "passe atleta" e "passe cultura"	ESPORTE CULTURA	2	2 (CULTURA) Atende parcialmente. Foram realizados projetos de circulação e fruição, entretanto não há programa de passe-cultura disponível para seu atendimento.
47	Revitalização dos fundos de vale, a exemplo dos próximos às Unidade de Viva Vida do C.S.U e ABAC, e promoção de ações comunitárias para transformá-los em espaços de lazer das famílias	MEIO AMBIENTE		
48	Segurança pública constante nos espaços públicos destinados à prática de esporte e lazer, possibilitando a participação de crianças, adolescentes e comunidade e nas escolas públicas, unidades básicas de saúde, centros de educação infantil, academias ao ar livre e parques no período noturno evitando, assim, danos ao patrimônio público	SEGURANÇA PÚBLICA	1	

49	Criação e ampliação de espaços adequados e recursos humanos, para oferta de serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, modalidade I e II	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
50	Ampliação, intensificação e valorização do trabalho em rede intersetorial, com fins de estabelecimento de fluxo, capacitações e estudos de caso	ASSISTÊNCIA SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO	1 (SAÚDE) O trabalho em Rede está sendo fortalecido na SMS gradualmente 2 (EDUCAÇÃO) Parcialmente. A SME destacou duas servidoras da gerência educacional de apoio especializado para acompanhamento das redes intersetoriais.
51	Garantia de transporte gratuito para os usuários dos serviços prestados pelas unidades de assistência social, saúde, cultura e esporte	GOVERNO FAZENDA	
52	Para fins de implantação de novos conjuntos habitacionais, tornar obrigatória a instalação de Unidades Básicas de Saúde, escolas e Centros Municipais de Educação Infantil e Serviços de Convivência, para garantir o atendimento de crianças e adolescentes	HABITAÇÃO	1 Portaria 168, de 2013, do Ministério das Cidades, torna obrigatória a apresentação de Relatório de Diagnóstico de Demanda para aprovação de projetos habitacionais, de interesse social nos empreendimentos a partir de quinhentas unidades. Este relatório deverá identificar a se há demanda por equipamentos públicos complementares à habitação. A Portaria prevê a disponibilização de recursos de até 6% do valor total do projeto para edificação dos equipamentos e 2,5% para execução do trabalho social junto às famílias atendidas.

53	Implantação de unidade de Tele Centro na Região Norte A e manutenção da unidade existente na região Norte B	PLANEJAMENTO		<p>De: "Edvaldo de Alcantara Oliveira - DTI-Planejamento" <edvaldo@londrina.pr.gov.br> Assunto: Re: ENC: Ofício Circular nº 042/2018 - CMDCA. Data: 11/04/2018 17:45. Para: "Rosa Maria Tome - Informatica PML - DTI - Planejamento" <rosa.tome@londrina.pr.gov.br>. Rosa, boa tarde! A princípio, o fato de lá em 2015 na IX Conferência do CMDCA ter sido PROPOSTO a instalação /manutenção de 2 telecentros na região norte, não implica em conhecimento disso e responsabilidade da SMPOT, salvo, se alguém da secretaria participou da Conferência representando-a. Eu não me recordo de haver recebido solicitação de instalação ou mesmo conversado acerca desta deliberação do CMDCA em 2015, por isso, penso que deve ser pedido ao CMDCA o documento por meio do qual ele comunicou a DTI e/ou a SMPOT acerca dessa deliberação dos telecentros. De qualquer forma, temos (?) o telecentro Lupércio Luppi na região Norte B ainda em funcionamento e tínhamos em 2015 (pesquisar / comprovar) o telecentro do Aquiles (FLAPT). Não tínhamos / temos nenhum na região Norte A. Edvaldo</p>
54	Construção de espaços de atendimento integrado ao adolescente que envolva as políticas setoriais (Casa do adolescente, espaço do adolescente).	PLANEJAMENTO		<p>Havia previsão orçamentária de R\$212.000,00, mas a Diretoria de Orçamento não sabe dizer se foi contruído, é preciso entrar em contato com a SMAS.</p>
55	Construção de novas unidades escolares adequadas, bem como reforma das unidades já existentes, com definição de 25 alunos por turma	EDUCAÇÃO	2	<p>No referido período tivemos 4 municipalizações de centros de educação infantil filantrópicos, a construção de 2 novas unidades de educação infantil (Proinfâncias), a construção de 5 anexos em unidades de ensino fundamental que atendem educação infantil, a criação de 2 unidades de ensino fundamental na zona rural e 1 unidade de ensino fundamental na zona urbana e a readequação de 2 unidades de ensino fundamental para ampliação de vagas. E ainda há 9 unidades de Proinfância em fase de elaboração de processo licitatório. Essas informações referem-se à Educação infantil e ensino fundamental anos iniciais do município.</p>

EIXO Nº 5: Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

Nº	Deliberação	Área	Status	Justificativa
1	Ampliação de vagas para pessoas com deficiência e professores capacitados para atendê-los em projetos, escolas e cursos profissionalizantes e educadores capacitados para atendê-los	EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL	2- realizad o parcial mente	(EDUCAÇÃO) Parcialmente. Pessoas com deficiência tem prioridade matrícula. A SME através da gerência educacional de apoio especializado oferta todos os anos cursos para professores do AEE, para professores de apoio, professores iniciantes e professores das classes TGD.
2	Ampliar a inclusão de adolescentes e jovens, de 14 a 24 anos, aprendizagem profissional, com acompanhamento técnico	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
3	Efetividade na fiscalização das empresas, conforme determinação da Lei de Aprendizagem e criação/ampliação de campanhas publicitárias que incentivem o cumprimento do percentual de inserção de adolescentes aprendizes no mercado de trabalho	MINISTÉRIO PÚBLICO AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO		MP: ATRIBUIÇÃO DO MPT
4	Construção de salas multimídia nos projetos socioeducativos e escolas e aquisição equipamentos como computadores, data show, para execução de oficinas multimídias, pesquisas, entre outros	EDUCAÇÃO	2- realizad o parcial mente	Ações realizadas diretamente pelas unidades escolares através das APMs.
5	Bolsa auxílio para educandos do serviço de convivência para a faixa etária de 14 a 17 anos	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
6	Fortalecer a rede de aprendizagem profissional e empresas, mediante realização de encontros periódicos para fins de qualificação e atendimento das demandas do mercado e dos jovens envolvidos, com participação dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos	MINISTÉRIO PÚBLICO AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO ASSISTÊNCIA SOCIAL		1 (AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO) REALIZAÇÃO DO Fórum de Aprendizagem 1 (MP) EM BREVE SERÁ INSTAURADO PROCEDIMENTO COM ESSA FINALIDADE, POIS TAMBÉM COMPÕE O PLANO SETORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PORÉM JÁ HÁ PROCEDIMENTOS QUE VISAM MELHORAR A ARTICULAÇÃO DA REDE NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS QUE REALIZAM TRABALHO INFORMAL COM A VENDA DE DOCES
7	Ampliar o valor do recurso municipal destinados a instituição que atuam na área de aprendizagem, qualificação e profissionalização de jovens	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
8	Políticas públicas alicerçadas pela sociedade civil e que amplie as reflexões referentes a educação, aprendizagem e profissionalização de adolescentes e jovens	EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL	1- realizad o	(EDUCAÇÃO) Por meio do Projovem Urbano

9	Fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente, de maneira que hajam intervenções coibidoras do trabalho infantil	MINISTÉRIO PÚBLICO AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO ASSISTÊNCIA SOCIAL	1 (AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO) Fiscalização especificamente de ações voltadas para o Combate ao Trabalho Infantil. Em 2017 foram realizadas 28 ações específicas de Combate ao trabalho Infantil e Às Piores Formas de Trabalho em Lavajatos de Londrina. 1 (MP) ATRIBUIÇÃO TAMBÉM DO MPT
10	Ampliação das políticas de atenção às famílias	ASSISTÊNCIA SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO	1 (SAÚDE) A política de atenção às famílias está sendo fortalecido gradualmente na SMS
11	Fomento para a pesquisa científica nas escolas, especialmente no ensino médio	EDUCAÇÃO	NRE
12	Inserir nos projetos pedagógicos a preparação ao mundo do trabalho e de orientação profissional para adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL	NRE
13	Criação de projetos de aprendizagem, qualificação profissional e preparação para o mundo do trabalho para adolescentes (12 a 18 anos) suficientes às demandas municipais, de forma territorializada, em consonância com a inserção na condição de aprendiz, atrelada ao levantamento de interesses dos meninos e meninas a ser realizado nas escolas e projetos sociais	ASSISTÊNCIA SOCIAL	

EIXO Nº 6: Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

Nº	Deliberação	Área	Status	Justificativa
1	Efetivar a participação da gestão municipal/estadual e federal no trabalho de rede em cada território, proporcionando a intersectorialidade e ampliando a capacidade protetiva das políticas setoriais	GOVERNO MUNICIPAL GOVERNO ESTADUAL		
2	CMDCA: Nomeações à formação de equipe administrativa exclusiva referenciada ao conselho; fortalecimento do CMDCA; participação nos espaços disponibilizados	CMDCA	1	Nomeado equipe para composição da secretaria executiva do Conselho, tendo sido fortalecido o CMDCA com o apoio da secretaria executiva às ações do CMDCA, bem como, realização de eleição complementar e incentivo à participação dos conselheiros.
3	Viabilizar alternativas para promover a participação da sociedade, dos trabalhadores(as) e das crianças, adolescentes e jovens nas reuniões e eventos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive com alteração da lei do CMDCA para a garantia da participação do adolescente como conselheiro.	CMDCA	2	As reuniões são publicizadas, sendo dada a oportunidade de expressão quando da participação de adolescentes, familiares e comunidade em geral. A lei municipal está para análise da Comissão de Legislação.
4	Difusão do ECA nas escolas a partir de sua inclusão nas bibliotecas e no conteúdo escolar, por parte dos professores e alunos, com ações teórico-práticas que divulguem e proporcionem a compreensão desse Estatuto	EDUCAÇÃO CULTURA		2 (CULTURA) Atende parcialmente. O ECA está disponível no acervo das bibliotecas, mas não são realizadas ações específicas de divulgação. 1 (EDUCAÇÃO)

5	Descentralização das reuniões ordinárias do CMDCA, de forma regionalizada	CMDCA	3	Solicitado estudo para análise de como esse processo poderá ser desenvolvido.
6	Ampliação dos espaços de debates nas instituições referentes a política de assistência, educação e outras	ASSISTÊNCIA SOCIAL EDUCAÇÃO		
7	Fortalecimento das políticas públicas e garantia ao direito de prioridade absoluta da criança e do adolescente	EDUCAÇÃO CULTURA ASSISTÊNCIA SOCIAL SAÚDE CMTU FEL DEFESA SOCIAL PLANEJAMENTO MULHER GOVERNO		1 (CULTURA) 2 (Mulher) Participação da SMPM na Rede de Enfrentamento da Violência da Criança e do Adolescente; Articulação com a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente para encaminhamento e atendimento das demandas apresentadas pelos filhos/as das mulheres atendidas nos serviços da SMPM (CAM e Casa Abrigo Canto de Dália) 1 (SAÚDE) O trabalho em Rede está sendo fortalecido na SMS gradualmente 1 (EDUCAÇÃO)
8	Realizar capacitação continuada dos conselheiros de direitos e conselheiros tutelares	CMDCA	2	Em processo de desenvolvimento.
9	Realizar campanhas continuadas para fins de captação de recursos no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	2	Foram realizadas Campanhas de captação, porém encontra-se em estudo a forma de execução do recurso do fundo.
10	Assegurar a agilidade nas nomeações dos Conselheiros Tutelares; estruturação das sedes para garantir os atendimentos, formação garantida e promovida pelo CMDCA; promover alteração da Lei Municipal no que se refere aos requisitos para atuação como Conselheiro Tutelar	CMDCA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2	Avaliado melhora no trâmite de nomeação dos conselheiros tutelares. Realizado reuniões e oficializado à Assistência Social solicitando providências quanto ao atendimento das demandas dos Conselhos Tutelares e garantia de qualidade de trabalho. A lei municipal foi alterada.
11	Difusão do ECA nas escolas a partir de sua inclusão nas bibliotecas e no conteúdo escolar, por parte dos professores e alunos, com ações teórico-práticas que divulguem e proporcionem a compreensão desse Estatuto	ESCOLA CULTURA		1 (EDUCAÇÃO)
12	Melhorar a estrutura dos CENSEs com comida de qualidade, acesso a televisão, alojamentos adequados, ambiente aquecidos (cobertores) e colchões de qualidade	SEJU SEDS (CENSE)	2	Realizou-se licitação para nova empresa de alimentação, colchões e cobertores. Novas televisões serão entregues ainda nesse semestre.
13	Melhorar a estrutura dos CREAS, ampliando o espaço, criando salas temáticas como de descanso, de grafite (para guardar o material) e de jogos, instalando ar condicionado, aumentando a quantidade e qualidade do lanche e facilitando o trabalho da equipe	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

14	Ampliação dos cursos profissionalizantes existentes e abertura de novos cursos dentro dos CENSES e encaminhamento para mercado de trabalho com acompanhamento destes adolescentes	SEJU SEDS (CENSE)	2	Encaminhamento dos adolescentes à guarda mirim e manutenção dos cursos profissionalizantes já existentes, frente a solicitação do próprio CENSE Londrina 2 e a Casa de Semiliberdade, conforme consulta feita por esse Departamento.
15	Ampliação da oferta de cursos destinados aos adolescentes que possuem maior defasagem, idade e série	EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL		(EDUCAÇÃO)Se for alfabetização tem EJA
16	Fortalecimento das instituições que executam o serviço de atendimento institucional com capacitação continuada e suporte técnico a toda equipe profissional	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
17	Fortalecimento do serviço de Acolhimento Familiar como alternativa ao acolhimento institucional	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
18	Realizar eventos e oficinas para socialização e divulgação das atribuições dos conselheiros de direitos e dos conselheiros tutelares nas comunidades, nos serviços, e demais espaços coletivos	CT CMDCA		3 (CT) falta de mobilização, tempo e planejamento
19	Desvincular a Vara da Maria da Penha, com a criação de uma vara específica referente a crimes contra a criança e adolescente com a estruturação de equipes multidisciplinares no Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública para favorecer os procedimentos administrativos e técnicos	JUDICIÁRIO		
20	Promover ações de formação continuada para Agentes de Segurança Pública (Policiais e GM) visando uma atuação mais humanizada e com caráter mais preventivo, fortalecendo as instâncias de correção desses órgãos	DEFESA SOCIAL	1	
21	Aumento de valores dos repasses financeiros para manutenção dos serviços de atendimento à infância e adolescente com maior flexibilidade na utilização dos recursos pelos municípios e inclusão imediata de crianças e adolescentes no Programa de Proteção aos Ameaçados de Morte	SEJU (PPCCAM)		
22	Garantia de completa estruturação do NUCRIA no Município de Londrina	SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL		

23	Estruturação da Defensoria Pública no Município de Londrina, incluindo recursos humanos, estrutura física e de manutenção, em quantidade condizente com a demanda e a qualidade necessária ao serviço	DEFENSORIA PÚBLICA	2	DEFENSORIA PÚBLICA INICIOU SUA ATUAÇÃO NA ÁREA DA INFÂNCIA EM MEADOS DO ANO DE 2016, MESMO COM DIFICULDADES ESTRUTURAIS E DE PESSOAS, A INSTITUIÇÃO PROCUROU ARTICULAR COM OS SERVIÇOS (EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTRE OUTROS) E REALIZAR AÇÕES NO ÂMBITO DA INFÂNCIA. NO ENTANTO, NO INÍCIO DE 2018, A ÁREA DA INFÂNCIA CÍVEL ENCONTRA-SE VACANTE, POR CAUSA DA SAÍDA DO DEFENSOR PÚBLICO RESPONSÁVEL PARA ASSUMIR O MESMO CARGO EM OUTRO ESTADO. PORTANTO, AGUARDA-SE NOVA NOMEAÇÃO PARA RETOMAR AS ATIVIDADES REFERENTES À INFÂNCIA CÍVEL NA DEFENSORIA PÚBLICA SEDIADA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR.
----	---	---------------------------	---	---

EIXO Nº 7: Reforma Política dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

Nº	Deliberação	Área	Status	Justificativa
1	Maior articulação do conselho junto aos gestores públicos e sociedade civil no sentido do convencimento e cumprimento das deliberações do CMDCA junto aos gestores públicos na formulação das políticas e ações	CMDCA	3	Procedido articulação com diversos órgãos públicos e sociedade civil para cumprimento das deliberações do CMDCA.
2	Criar e potencializar espaços de participação das crianças e adolescentes, de forma territorializada e institucionalizada, visando maior representatividade das meninas e meninos, nos quais sejam deliberadas propostas que lhes representam e sejam escolhidos seus representantes que no CMDCA possam expressar estas discussões, utilizando linguagem específica para a faixa etária de crianças e adolescentes envolvidos no processo	CMDCA	2	Ampliada a presença e participação de adolescentes nas ações do CMDCA.
3	Ampliação da representatividade, contemplando a diversidade das crianças e adolescentes como forma de garantir que suas demandas sejam mais consideradas – propostas que 1/3 das vagas sejam direcionadas a crianças e adolescentes implicando na ampliação do número de conselheiros no CMDCA	CMDCA	3	A proposta não foi viabilizada.
4	Desenvolvimento sistemático de projetos de conscientização de alunos, famílias e comunidades sobre todos os tipos de violência nos Serviços de Convivência, Projetos Socioeducativos e Escolas. (Centro A) Aprovada	ASSISTÊNCIA SOCIAL EDUCAÇÃO		
5	Que a participação nos conselhos seja viabilizada como parte do trabalho e/ou estudo dos/as profissionais, sejam eles/as governamentais ou não governamentais, crianças ou adolescentes como forma de garantir maior participação e acumulação das discussões	CMDCA	1	A participação dos conselheiros nas atividades do CMDCA, na maioria das vezes, acontece durante o expediente de trabalho dos profissionais.
6	Realização de formação continuada dos conselheiros, respeitando as especificidades das crianças e adolescentes, com o objetivo de possibilitar uma atuação comprometida com o coletivo de crianças e adolescentes, superando as compreensões e vinculações privadas (representação/interesses particulares, etc.) com vistas a favorecer maior comprometimento com o espaço público e o conselho	CMDCA	1	Está em desenvolvimento o processo de formação continuada de conselheiros.

7	Utilização dos meios legais na garantia do cumprimento das deliberações do CMDCA	CMDCA	1	Está sendo utilizada a providência de meios legais para o cumprimento de deliberações do CMDCA.
8	Financiamento de ações que se insiram na política de garantia de direitos da criança e do adolescente, assegurando maior celeridade e desburocratização na liberação de recursos e, ainda, a integralidade de ações que envolvem o atendimento à crianças e adolescentes	SECRETARIA DE FAZENDA GESTÃO PÚBLICA		
9	Formação inicial e continuada dos profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, contemplando, ainda, a realização de eventos e as demais questões que envolvem o atendimento, tais como: questões estruturais, equipamentos e recursos humanos	CMDCA	2	Incentivada a participação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em atividades de formação e qualificação para o atendimento.
10	Nomear equipe administrativa exclusiva para assessorar e fortalecer as ações dos conselheiros do CMDCA, inclusive assegurando local exclusivo para este fim estimulando maior participação	CMDCA	2	Nomeada equipe exclusiva para a secretaria executiva do CMDCA, mas há a necessidade de equipe para assessoria técnica aos conselheiros.